



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE

### ATA DE REUNIÃO DE CONSULTA PÚBLICA

#### - A SEGURANÇA DOS SISTEMAS ELETRÔNICOS DE VOTAÇÃO -

Aos quinze dias do mês de maio de 2019, às dez horas da manhã, no plenário do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte, situado na Avenida Zacarias Monteiro, nº 215, Tirol, em Natal, capital do Rio Grande do Norte, atendendo ao convite da Presidência do TRE/RN, **reuniram-se cento e vinte e cinco pessoas para debater acerca dos aspectos da SEGURANÇA DO SISTEMA ELETRÔNICO DE VOTAÇÃO** brasileiro, momento que marcou a culminância de uma **CONSULTA PÚBLICA** e no qual o servidor representante do Tribunal Superior Eleitoral compareceu para apresentar à sociedade os argumentos da Justiça Eleitoral para adoção de ferramentas digitais no processo de votação do país, bem como foi aberto espaço para amplos questionamentos e esclarecimentos sobre o tema. A todos foi esclarecido que a palavra seria franqueada ao término da exposição técnica, não somente aos presentes, mas, igualmente, àqueles que desejassem enviar perguntas por e-mail, telefone ou outros canais públicos de comunicação. Para manifestações pessoais, foi dito que seria possibilitado o uso do microfone pelo tempo máximo de três minutos, em modelos de debates rápidos com réplica. A reunião pública foi feita a portas abertas, com credenciamento na hora, de modo a possibilitar a maior participação possível de todos os interessados. Foi precedida de ampla divulgação na mídia e comunicação por escrito a vários entes representantes da sociedade civil e órgãos governamentais. Quando de seu início, pontualmente no horário indicado, o público estava composto por representantes de vários segmentos da sociedade, inclusive, pessoas de outros Estados da Federação. **Inicialmente, composta a mesa do honra do evento**, com o Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte, o Desembargador Glauber Antônio Nunes Rêgo; a Diretora da Escola Judiciária Eleitoral do Rio Grande do Norte, a Juíza Érika de Paiva Duarte Tinôco; o Membro da Corte Eleitoral, Jurista Wlademir Soares Capistrano; a Diretora-Geral do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte, a servidora Simone Maria de Oliveira Soares Mello; o Secretário de Tecnologia da Informação e Comunicação, o servidor Marcos Flávio Nascimento Maia; e o convidado palestrante, o Secretário de Tecnologia da Informação do Tribunal Superior Eleitoral, o

servidor Giuseppe Dutra Janino. Em sua fala inaugural, o Desembargador Presidente Glauber Rêgo elogiou a iniciativa do Tribunal Regional Eleitoral, reafirmando seu compromisso com a transparência e agradecendo a presença de representantes da sociedade civil para o debate e a oitiva de posições para contribuir com a segurança dos sistemas eletrônicos de votação. Ressaltou que houve muitos questionamentos sobre a segurança nas Eleições Gerais 2018 e que, esse processo de CONSULTA PÚBLICA serve para abrir os debates sobre a construção democrática das ELEIÇÕES MUNICIPAIS 2020. Ao seu turno, a Diretora da Escola Judiciária Eleitoral, a Juíza Érika de Paiva agradeceu, especialmente, ao Tribunal Superior Eleitoral, pelo envio do Secretário de Tecnologia da Informação, para que a CONSULTA PÚBLICA realizada no Rio Grande do Norte pudesse trazer um dos maiores conhecedores em segurança dos sistemas da Justiça Eleitoral para ser ouvido e debater, pessoalmente, com o público local. Após essas manifestações das autoridades, houve o desfazimento da mesa de honra, com a apresentação, logo a seguir, de um **vídeo produzido pela Assessoria de Comunicação do TRE/RN**, especialmente para esse momento, no qual foram **coletados depoimentos de cidadãos e cidadãs, no município de Natal/RN**, mostrando as impressões subjetivas sobre a urna eletrônica. Esse vídeo foi exibido para sensibilizar a plateia quanto à importância de como as pessoas veem o trabalho desenvolvido pela Justiça Eleitoral. Sobre a metodologia para coleta das opiniões, o audiovisual foi gravado no dia 10 de maio de 2019, por entrevistas na região central da cidade, procurando abordar pessoas representantes de setores distintos da sociedade. Os entrevistados no vídeo apontaram como **características positivas** da urna eletrônica e da logística da votação brasileira os seguintes pontos: a) ACESSIBILIDADE; B) FÁCIL MANUSEIO; C) CREDIBILIDADE DO SISTEMA; D) COMBATE A FRAUDES; E) CELERIDADE DA TOTALIZAÇÃO E DIVULGAÇÃO DO RESULTADO. Acerca das **características negativas**, houve apontamentos sobre: A) MOROSIDADE DAS FILAS; e B) HARDWARE PASSÍVEL DE MUITOS TIPOS DE DEFEITOS FÍSICOS. Após esses momentos, o **representante do TSE, o servidor Giuseppe Dutra Janino**, abriu sua apresentação asseverando que é dever da Justiça Eleitoral promover a transparência de seus sistemas e combater as notícias falsas que se criam sobre o sistema eletrônico de votação, sem qualquer tipo de argumento técnico que as sustente. Pelo que, expressou que é de fundamental importância a divulgação do processo eleitoral brasileiro. Indicou que as eleições brasileiras estão entre as maiores e mais transparentes do mundo, sendo o país uma referência mundial. Mostrou diversos números e estatísticas que corroboram a legitimidade e a representatividade das eleições, mencionando o esforço que é feito pelo Judiciário para viabilizar todo esse processo. Esclareceu a todos sobre a importância da migração do voto de papel ao voto digital e de como isso impactou a segurança e a celeridade, pois o objetivo do Tribunal Superior Eleitoral é evitar, ao máximo, a manipulação mecânica dos dados e votos, pois isso

representa uma fragilidade sistêmica, ao passo que a digitalização dos processos agrupa a maior facilidade de auditabilidade, de rastreabilidade e de previsibilidade de fluxos de trabalho, elementos que surgem com a automação. A partir da apresentação dos conceitos básicos relacionados aos fundamentos que norteiam as escolhas do Tribunal Superior Eleitoral ao modelo digital brasileiro, o palestrante Giuseppe D. Janino passou a um momento expositivo estruturado em perguntas e respostas, para facilitar a compreensão da maior parte do público e demonstrar os equívocos mais comuns que são atribuídos ao sistema eletrônico de votação. Inicialmente, falou sobre a origem do projeto da urna eletrônica, sobre as empresas, as instituições de pesquisa e os pesquisadores envolvidos na concepção do projeto e de como a Justiça Eleitoral detém o controle tecnológico de todas as etapas do processo de produção da urna eletrônica. A seguir, discutiu um pouco sobre a capilaridade da Justiça Eleitoral e de como o cidadão participa do processo de eleição de forma ativa, como é o caso da função de mesário. Essa capilaridade, porém, dificulta um pouco a imediata divulgação dos dados, pois os equipamentos não estão ligados *on-line*, sendo necessário o deslocamento físico de urnas e cartões de memória, o que atrasa a totalização imediata, mas agrega segurança ao processo. Sobre o *design do hardware*, defendeu a constância do projeto físico da urna, que já está assimilado à cultura do Brasil, sendo facilmente reconhecível e operável, por ser bastante intuitivo pelo *layout* geral do equipamento. Defendeu que a urna não é um equipamento que pode ser invadido, pois não funciona *on-line*. Que todos os sistemas operacionais são desenvolvidos anteriormente à divulgação dos candidatos ou das candidatas e, igualmente, lacrados em audiência pública, no Tribunal Superior Eleitoral, após serem expostos a auditorias aos vários setores da sociedade civil. Que o boletim de urna é mais um elemento de segurança para atestar que os dados dos cartões de memória são os mesmo que saíram dos equipamentos, após o encerramento dos trabalhos de votação. Explicou sobre a segurança dos sistemas de criptografia e assinaturas digitais, sendo plenamente possível auditar as urnas eletrônicas, através, por exemplo, do registro digital do voto. Falou, também, sobre os lacres físicos, afixados ao equipamento, além de mais de trinta barreiras ou camadas que garantem a inviolabilidade dos sistemas. Explicitou, um pouco, sobre a segurança da biometria, que garante a individualização de cada eleitor e eleitora, impedindo fraudes, por um rigoroso sistema de leitura de impressões digitais. Tratou sobre a votação paralela, um sistema muito simples e que garante que, qualquer pessoa possa acompanhar uma auditoria que é feita em uma urna, de forma aleatória, sorteada para, no dia da eleição e em tempo real, ser verificada sobre sua fiel correspondência de registro de votos. Que a urna tem dispositivos protetores chamados chaves-*hardware* de segurança, que, basicamente, são *chips* implantados pelo TSE, em cada equipamento e individualmente, que somente permitem a inicialização dos sistemas de

votação uma vez estando os equipamentos chancelados fisicamente pelo TSE, o que garante a confiabilidade de cada urna eletrônica, não sendo um instrumento passível de reprodução física. Nesse caminho, reforçou acerca dos benefícios do cadastramento biométrico da população. Que também o TSE abre, com prévio aviso, os seus sistemas e convida técnicos que desejem tentar invadir os sistemas. Nesses testes, o TSE identifica as fragilidades dos sistemas e busca melhorar a segurança de suas barreiras. Após a apresentação do representante do Tribunal Superior Eleitoral, a **Diretora da Escola Judiciária Eleitoral**, Juíza Érika de Paiva fez uma rápida **apresentação sobre os resultados da coleta de dados on-line da CONSULTA PÚBLICA**, a qual foi disponibilizada no sítio eletrônico do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte, no período de 7 a 14 de maio de 2019. A Juíza mostrou, primeiramente, as três perguntas que integraram o questionamento ofertado aos cidadãos e cidadãs, a saber: 1) “*Você acha que as urnas eletrônicas utilizadas no Brasil desde a década de 1990 contribuíram para a melhoria da segurança do processo de votação no país?*”; 2) “*Nas últimas eleições você teve alguma dificuldade para votar com a urna eletrônica? Houve algum defeito ou o equipamento mostrou alguma falha? Relate.*”; e 3) “*O que você acha que poderia melhorar na urna eletrônica?*”. Discutindo os resultados dessa pesquisa on-line integrante da CONSULTA PÚBLICA, foram apresentados os seguintes resultados: 1) sobre a primeira pergunta, houve uma **impressão positiva de 85% das respostas, no sentido de validar a contribuição das urnas eletrônicas ao processo eleitoral**, sendo que apenas 15% das manifestações não consideraram a urna eletrônica um equipamento seguro ou confiável. 2) Acerca da segunda questão, não foram apontadas dificuldades de operação, ou seja, **100% dos que responderam a pesquisa afirmaram a facilidade de operação do equipamento**. 3) Finalmente, sobre a terceira indagação, houve uma ampla distribuição de respostas, que foram aglutinadas nos moldes: a) **40% elogiaram o equipamento, sem propostas de mudança do sistema**, b) **30% sugeriram a necessidade de impressão dos votos, fisicamente, para conferência posterior dos resultados digitais**; e c) **30% apontaram que são necessárias mais campanhas para divulgação da segurança do sistema eletrônico de votação brasileiro**. A Juíza Diretora reforçou a importância dos dados coletados nessa etapa da CONSULTA PÚBLICA, como uma forma de otimizar e melhor direcionar os recursos e as ações do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte. Por fim, mostrou alguns dos comentários, textualmente, que foram agregados através da pesquisa on-line. **Adentrando na última etapa da audiência da CONSULTA PÚBLICA, foi franqueada a palavra**, pela organização do evento, a qual possibilitou que todos os interessados ou as interessadas, **fazendo uso do microfone e de forma pública**, direcionassem livremente suas indagações a quaisquer um dos presentes representantes do Tribunal Superior Eleitoral ou do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte. Assim sendo,



esse último bloco foi aberto pelo servidor Giuseppe D. Janino, que comentou os resultados da pesquisa *on-line*, registrando a posição do TSE sobre a segurança do processo de votação e o uso do voto impresso como um instrumento de validação, o que, no dizer do Secretário de Tecnologia da Informação do TSE isso representa um retrocesso tecnológico, pelos motivos esposados durante sua palestra. Na fase de questionamentos diretos, registre-se: A) Primeiro questionamento, formulado pelo Senhor Revil Alves, advogado: “*Poderemos sonhar, um dia, daqui a dez ou vinte anos, votarmos pelo celular? Com o celular fazemos pagamentos de contas e muitas coisas, não sou contra a urna eletrônica, sou a favor. Obrigado!*”. Resposta do servidor Giuseppe Janino: Trata-se de uma pergunta recorrente, que é factível do ponto de vista tecnológico, mas essa questão é menor, pois as soluções tecnológicas dos sistema de votação brasileiro devem se adaptar ao que está previsto na legislação, pelo que, a Justiça Eleitoral somente cria soluções que se amoldam ao texto da Constituição e das leis. O voto presencial é uma garantia constitucional da vontade secreta do eleitor. B) Segundo questionamento, formulado através de *chat on-line*, enviado pela Senhora Márcia Regina Miranda Clementino Medeiros, servidora pública: “*Seria possível, caso um servidor do TSE assim quisesse, programar a urna para, por exemplo, a cada três votos que um candidato recebesse, um deles ir para um outro candidato?*” Resposta do servidor Giuseppe Janino: Não seria possível, pois os programas são auditáveis e abertos para análise, ficando qualquer linha de comando para fraude registrada no *software*, pois as cópias usadas em todas das eleições, em qualquer tempo, ficam guardadas na salacofre do TSE, sendo fácil de identificar. Igualmente, isso seria identificável durante a eleição paralela. Também, há o registro digital do voto e as assinaturas dos programas, pois o *software* é único, para todas as eleições, pelo que, a fraude é identificável. Também, os sistemas são criados antes do registro de candidatura. C) Terceiro questionamento, formulado pelo Senhor Marcos Alexandre de Melo Medeiros, servidor público: “*Não se consegue, na votação paralela, atualmente, pela necessidade de se pular a biometria, exatamente a mesma coisa que se conseguia antes da biometria, e aí, poderia a urna identificando que haveria muito voto sendo liberado, fazer uma tramoia? E a segunda pergunta é o porquê da não liberação dos códigos-fonte para a sociedade, colocando num link-hub, ou algo do tipo?*” Resposta do servidor Giuseppe Janino: A votação paralela mostra realmente algumas dificuldades, à medida em que a biometria aumenta no eleitorado brasileiro, pois o processo não fica, exatamente, como ocorre numa seção eleitoral. Nisso se sustentam as dúvidas dos mais céticos. Porém, nunca houve qualquer fraude identificada em eleição paralela, desde sua criação. O Tribunal Superior Eleitoral está ciente de que precisa reequacionar as regras da votação paralela aos novos tempos da identificação biométrica. De todo modo, as fraudes nessa hipótese, continuariam inscritas no código fonte do programa. Sobre a segunda pergunta, a

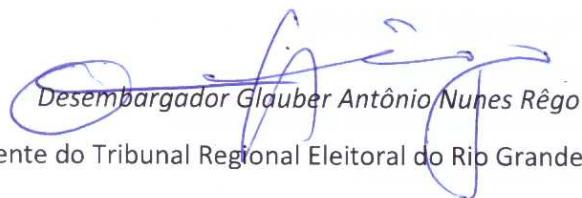
abertura é feita, mas em ambiente controlado, dentro do TSE, durante seis meses, conforme prevê a norma. Contudo, a transparência não pode interferir na segurança. Existe um equilíbrio entre esses dois elementos.

D) Quarto questionamento, formulado pelo Senhor Aléssio Cavalcanti, servidor público: *"Por que o design da urna não evolui para formatos mais modernos, como o display sensível ao toque? E sobre o DNI – Documento Nacional de Identificação?"* Resposta do servidor Giuseppe Janino: O formato da urna integra a cultura do brasileiro, sendo que qualquer evolução deve respeitar a memória das pessoas, especialmente as menos esclarecidas e as mais velhas, que já associam as funcionalidades ao aspecto geral do equipamento. A adoção do *display sensível ao toque* impossibilitaria, também, a sensibilidade táctil do deficiente visual. Sobre o DNI, os trabalhos com o TSE estão bastante evoluídos. A lei prevê a criação de um fundo financeiro, com a venda de informações a parceiros da iniciativa privada, o que vai financiar a implantação do sistema, tornando o programa autossustentável.

E) Quinto questionamento, formulado pela Senhora Lígia Limeira, servidora pública: *"A sociedade deve ser sensibilizada quanto à importância do voto, mas também deve compreender que deve fiscalizar. Daí pergunto: será que se a sociedade tivesse o conhecimento do tamanho da segurança, haveria tanta insegurança e tanto questionamento sobre a Justiça Eleitoral? Será que não deixamos a desejar e a defender a urna eletrônica? Não deveria haver um processo educacional para mitigar isso? Queria ouvir sua opinião a respeito disso."* Resposta do servidor Giuseppe Janino: A falta da informação é o ponto crucial, pois vivemos a época da notícia falsa. A prevenção é a difusão da informação. Deve ser uma ação preventiva, pois a informação falsa é muito atraente. No entendimento do servidor, o maior patrimônio da Justiça Eleitoral é sua imagem.

F) Sexto questionamento, formulado pelo Senhor Thiago Fernandes S. Dutra, docente do IFRN: *"É possível acesso à urna por engenharia reversa? Como fica essa dúvida diante das notícias de furto de urnas eletrônicas? Há uso de aplicação de metodologia formal na construção dos softwares?"*. Resposta do servidor Giuseppe Janino: Foram três perguntas, então, sobre engenharia reversa, foi tentado algo similar em campos de testes públicos, mas o TSE está trabalhando para melhorar a segurança nesse aspecto, especialmente porque, no ambiente de testes, os invasores estão em ambiente ideal. Uma vez identificada a fragilidade, o TSE age para impedir que ela ocorra. Com relação aos furtos, o servidor disse que isso não é problema, pois há certificados em cada equipamento e basta cancelar os certificados do equipamento identificado como furtado. Igualmente, os softwares precisam ser as versões oficiais, então, de nada adianta ter o equipamento, se ele não está com as versões oficiais daquela eleição específica. O equipamento, assim, tem várias barreiras. Ao término da apresentação e dos debates consignados, a presente ata foi lavrada por mim, Solon R. Almeida Netto, servidor da Escola Judiciária Eleitoral, para ser enviada ao Gabinete da

Presidência, havendo o **Desembargador Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte feito o encerramento da reunião relativa à CONSULTA PÚBLICA às doze horas e vinte minutos**. Agradeceu a presença de todos e encaminhou as anotações relativas aos trabalhos para análise dos servidores do TRE/RN, para adoção das medidas cabíveis, para fins de melhoria dos aspectos técnicos e logísticos das ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2020, material que deve, obrigatoriamente, se analisado pela Assessoria de Planejamento, em conjunto com todas as Secretarias do Tribunal Regional Eleitoral e ser assimilado pelo PLANO DAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS 2020. A presente ata segue assinada pelas autoridades e é acompanhada pela relação de todos os presentes à reunião da CONSULTA PÚBLICA.



Desembargador Glauber Antônio Nunes Rêgo  
Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte



Juíza Érika de Paiva Duarte Tinôco  
Diretora da Escola Judiciária Eleitoral do Rio Grande do Norte



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE**

**ATA DE REUNIÃO DE CONSULTA PÚBLICA**

**- A SEGURANÇA DOS SISTEMAS ELETRÔNICOS DE VOTAÇÃO -**

**- LISTA DOS PRESENTES -**

- 1) ALCINDA COSTA MIRANDA DE AMORIM
- 2) ALESSIO MEDEIROS CAVALCANTI
- 3) ALEXANDRE MAGNO ABRANTES DE ALBUQUERQUE
- 4) ALEXANDRE MÁRCIO C. MACHADO
- 5) ALINE TEIXEIRA DIEB
- 6) ANA ESMERA FONSECA
- 7) ANA KARLA FARIA L. DE MORAIS
- 8) ANA KARLA TOMAZ COSTA
- 9) ANA PAULA VASCONCELOS DO AMARAL E SILVA ARAÚJO
- 10) ANDRÉ DE OLIVEIRA GURGEL
- 11) ANDRÉ JOSÉ LINS LEAL
- 12) ANGÉLICA P. A. GONDIM
- 13) ANTÔNIO KLAUS VILAS BOAS DE SOUZA SILVA
- 14) ARNALDO RODRIGUES LIMA
- 15) ARNAUD DINIZ FLOR ALVES
- 16) AYURI BESSA DA SILVA
- 17) CAMILA LAYANE S. DE O. CAVALCANTI
- 18) CARLOS ALBERTO NARCISO FERNANDES
- 19) CARLOS ANDRÉ A. MOURA
- 20) CARLOS AUGUSTO DO NASCIMENTO VILANOVA
- 21) CARLOS EDUARDO MENDES DA SILVEIRA
- 22) CARLOS JOSÉ TAVARES DA SILVA
- 23) CARLOS MAGNO DO ROZARIO CAMARA
- 24) CARLOS MONTEIRO MELO

- 25) CÉLYA LOPES SANTOS  
26) CLAUDIA JOSEMIRA MARINHO DE LIMA  
27) CLAUDIO DOS SANTOS RODRIGUES  
28) DANIEL CÉSAR GURGEL COELHO PONTE  
29) DANIEL DE OLIVEIRA RODRIGUES  
30) DANILO CURVELO DE SOUZA  
31) DENILSON BASTOS DA SILVA  
32) DEVÂNIA ARAÚJO VARELLA  
33) DIEGO VARELA RIBEIRO  
34) DINA MÁRCIA DE V. MARANHÃO  
35) DOUGLAS SANTOS  
36) ELIAS ALVES DE SOUSA  
37) ELIETE MOTA DE OLIVEIRA  
38) ELIZÂNGELA ISIDORO DA SILVA  
39) EMMANUEL MABELMO PIRES DOS ANJOS  
40) ERALDO MORAIS DE MACESO  
41) ÉRIKA DE PAIVA DUARTE TINÔCO  
42) ÉRIKA FERREIRA MACIEL  
43) ERNANE CÉSAR DE OLIVEIRA BASTOS  
44) ERNESTO LEÇA PINTO  
45) FERNANDA ARAÚJO CRUZ BARBOSA  
46) FRANCISCO SINDERLEY DE OLIVEIRA  
47) GEORGE BEZERRA CAVALCANTI LEITE  
48) GEORGE MELO DE FREITAS BARBALHO  
49) GLAUBER ANTÔNIO NUNES RÊGO  
50) HANDRICK DUTRA DE MELLO NUNES  
51) HELENA DE A. JALES COSTA PADILHA  
52) HERCLEY MEDEIROS DE ARAÚJO FERNANDES  
53) HERMANN PRUDENTE DÓRIA  
54) HILMAR FERNANDO LUCIANO DE AZEVEDO  
55) IBSEN CLEBER OLIVEIRA GURGEL  
56) JAIRO SILVA MOISÉS  
57) JOANA DARC AZEVEDO DOS SANTOS  
58) JOÃO HENRIQUE KOERIG  
59) JOSAFÁ ALVES DE OLVEIRA  
60) JOSÉ EDUARDO RAQUEL  
61) JOSÉ FRANK VIANA DA SILVA  
62) JOSÉ HENRIQUE DE ALMEIDA  
63) JOSÉ LUIZ LOPEZ



- 64) JUSSARA DE GOIS BORBA MELO DINIZ  
65) KARLA TATIANA BEZERRA BASILIO  
66) LEANDRO DIAS DE SOUSA MARTINS  
67) LÍGIA REGINA CARLOS LIMEIRA  
68) LIGIA ROGÉRIA MANIÇOBA FERREIRA  
69) LILIANE PRISCILA B. S. MIRANDA GOMES  
70) LIRANITA DE OLIVEIRA DANTAS RIBEIRO  
71) LUIS PANATIS LEITE DE PAIVA  
72) LUIZ RICARDO VALDEVINO LOPES DE LIMA  
73) MARAT SOARES TEIXEIRA  
74) MARCELO DANTAS TEIXEIRA  
75) MARCELO DE MEDEIROS BORJA GOMES  
76) MARCOS ALEXANDRE DE MELO MEDEIROS  
77) MARCOS FLÁVIO N. MAIA  
78) MARIA DA GUIA DE ARAÚJO  
79) MARIA FERNANDA DOS SANTOS ALVES  
80) MARIA ROSENILDA DE OLIVEIRA SILVA  
81) MARIA TERESA FARACHE PORTO  
82) MARIANA NELSON DE ARAÚJO  
83) MARTA GERMANO DA SILVA  
84) NAYARA FROTA ROSADO GONDIM  
85) OLAVO CORTEZ CEZÁRIO  
86) PAULLA KARINA DA NÓBREGA  
87) PAULO CESAR TAVARES ALMEIDA  
88) PAULO ROBERTO ALMEIDA E SILVA  
89) PRIMO VAZ DA COSTA FILHO  
90) RADII MEDEIROS DO NASCIMENTO  
91) RAFAEL FONSECA ALVES  
92) RENATA GEORGIA PINHEIRO DE SOUZA  
93) RENATO VILAR DE LIMA  
94) REVIL ALVES DOS SANTOS  
95) RICARDO TINOCO DE GÓIS  
96) RILTON BARACHO DA SILVA  
97) ROBERTO SILVA DO NASCIMENTO  
98) ROBERTO VINÍCIUS KUO  
99) RONALD JOSÉ AMORIM FERNANDES  
100) ROSEMERI RICKEN VANDERLINDE  
101) SANDRA JAQUELINE DE ARAÚJO GALVÃO

- 103) SAULO DE SOUZA PEGADO  
104) SHEILA MARIA CARVALHO BEZERRA DE ARAÚJO  
105) SHEILA MAYRA DE ARAÚJO LINS MELO  
106) SIMONE MARIA DE OLIVEIRA SOARES MELLO  
107) SOLON RODRIGUES DE ALMEIDA NETTO  
108) SUELLEN SOARES RIBEIRO AMORIM DE ALBUQUERQUE BARRETO  
109) THERESA REGINA PEREIRA PADILHA  
110) THIAGO FERNANDES S. DUTRA  
111) TIBÉRIO GRACO LINS DINIZ  
112) TICIANA CHRISTINA CARLOS LOPES  
113) TYRONNE DANTAS DE MEDEIROS  
114) VALDEIR MARZO PEREIRA  
115) VANEZA ZINGLEARA FAUSTINO SOUSA RIBEIRO  
116) VIRGÍNIA COELI R. CRUZ  
117) VIVIANNA CÂMARA TAVARES DE SENA FERNANDES  
118) W. D. DO NASCIMENTO SOLANO  
119) WALBERCY ALEXANDRE DE ALBUQUERQUE COSTA  
120) WALLACE RUSEVEL DIÓGENES DE QUEIROZ  
121) WASHINGTON HENRIQUE ALVES BEZERRA  
122) WELIKA WELKOVIC DA CUNHA MELO  
123) WLADEMIR SOARES CAPISTRANO  
124) YVETTE BEZERRA GUERREIRO MAIA  
125) ZENEIDE LOBATO R. SILVA

A handwritten signature in blue ink, consisting of a stylized initial 'M' followed by a more fluid, cursive script.